

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 2.305 milhões (31/12/2020 - R\$ 1.514 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício de 2021 foi de R\$ 1.012 milhões (31/12/2020 - R\$743 milhões).

Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2021, os ativos totais atingiram R\$ 59.429 milhões (31/12/2020 - R\$50.197 milhões). Desse montante, destaca-se, R\$ 51.576 milhões (31/12/2020 - R\$48.542 milhões) que são representados por operações de crédito e R\$ 1.195 milhões (31/12/2020 - R\$180 milhões) que são representados por

aplicações interfinanceiras de liquidez.
Em 31 de dezembro de 2021, os passivos totais atingiram R\$ 57.109 (31/12/2020 - R\$ 48.634 milhões), representados principalmente pelo montante de depósitos interfinanceiros de R\$ 54.269 milhões (31/12/2020 - R\$ 45.970 milhões).

Outras Informações
A política de atuação da Aymoré CFI na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente; e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.
A Aymoré informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente do Banco Santander

e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras.
Ademais, a Aymoré CFI confirma que a PwC representa à sua Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras da Aymoré CFI. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados, uma vez que os princípios acima indicados foram observados. Colocamos-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.
São Paulo, 30 de março de 2022.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante		28.476.480	22.101.256
Disponibilidades	4	181.041	10.252
Instrumentos Financeiros		27.252.823	20.719.249
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16	1.195.675	180.229
Títulos e Valores Mobiliários	5	3.155.281	254.343
Operações de Crédito	6	22.873.447	20.265.880
Outros Ativos Financeiros		28.420	18.797
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(1.227.474)	(932.788)
Outros Ativos	8	2.270.090	2.304.543
Ativo não Circulante		30.952.710	28.095.503
Instrumentos Financeiros		28.702.730	25.706.470
Operações de Crédito	6	28.702.730	25.706.470
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(2.002.691)	(1.533.067)
Outros Ativos	8	991.530	1.023.976
Ativos Fiscais Diferidos		2.895.327	2.577.472
Investimentos	9	359.879	307.927
Participações em Coligadas e Controladas		319.458	298.817
Ágio		40.421	9.110
Imobilizado de Uso Intangível	10	4.231	6.608
	11	1.704	6.117
Total do Ativo		59.429.190	50.196.759

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo Circulante		28.793.436	21.616.321
Instrumentos Financeiros		27.330.170	20.431.797
Depósitos		27.330.170	20.431.797
Outros Passivos		809.519	656.938
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	14.b	4.224	5.368
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos		42.864	57.217
Ações Trabalhistas e Cíveis		16.685	69.220
Outras Provisões	13	745.746	525.133
Obrigações Fiscais Correntes	7	653.747	527.586
Passivo Exigível a Longo Prazo		28.315.977	27.017.942
Instrumentos Financeiros		26.938.909	25.583.223
Depósitos		26.938.909	25.583.223
Outros Passivos		1.376.575	1.434.693
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	14.b	1.280.646	1.259.279
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos		745.746	527.586
Ações Trabalhistas e Cíveis	14.b	72.839	130.944
Outras Provisões	13	23.090	19.695
Diversos	13	-	24.775
Passivos Fiscais Diferidos	7	493	26
Resultado de Exercícios Futuros		14.574	20.224
Patrimônio Líquido	15	2.305.203	1.542.272
Capital Social		857.516	857.516
Reservas de Lucros		1.447.671	684.689
Ajustes de Avaliação Patrimonial		16	67
Total do Passivo		59.429.190	50.196.759

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal			
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	857.516	116.255	1.659	58	975.488
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Planos e Benefícios	-	-	-	9	-
Distribuição de Dividendos com Base em Reservas	-	-	(176.537)	-	(176.537)
Lucro Líquido	-	-	-	743.312	743.312
Reserva Legal	15.c	37.166	-	-	(37.166)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.d	-	353.073	-	(353.073)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.d	-	35.073	-	(35.073)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	857.516	153.421	531.268	67	1.542.272
Mutações no Exercício	-	37.166	529.609	9	566.784
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	857.516	153.421	531.268	67	1.542.272
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Planos e Benefícios	-	-	-	(51)	(51)
Distribuição de Dividendos com Base em Reservas	15.b	-	-	(249.285)	(249.285)
Lucro Líquido	-	-	-	1.012.267	1.012.267
Reserva Legal	15.c	50.613	-	-	(50.613)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	356.184	-	(356.184)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	356.185	-	(356.185)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	857.516	204.034	1.243.637	16	2.305.203
Mutações no Exercício	-	50.613	712.369	(61)	762.913
Saldos em 30 de Junho de 2021	857.516	189.922	1.224.798	67	2.272.303
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Planos e Benefícios	-	-	-	(51)	(51)
Distribuição de Dividendos com Base em Reservas	15.b	-	-	(249.285)	(249.285)
Lucro Líquido	-	-	-	282.236	282.236
Reserva Legal	15.c	14.112	-	-	(14.112)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.d	-	9.420	-	(9.420)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.d	-	9.420	-	(9.420)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	857.516	204.034	1.243.637	16	2.305.203
Mutações no Semestre	-	14.112	1.018.839	(51)	32.900

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI), constituída na forma de sociedade anônima e, como instituição financeira, é regulada pelo Banco Central do Brasil. É uma companhia subsidiária integral controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) e tem por objeto social a realização de operações de crédito, financiamento e empréstimo em geral, incluindo, mas não se limitando, financiamento para capital de giro e para aquisição de bens e serviços, e demais atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor. As operações da Aymoré CFI são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre a Aymoré CFI e o Banco Santander, sendo realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS
a) Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Aymoré CFI, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis do Brasil, aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Normativo Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.
A Aymoré CFI é controlada pelo Banco Santander, investimentos estes que totalizam o equivalente à 100% do Capital Social da Aymoré CFI (Nota 16.c). As normas do Bacen prevêm a apresentação de demonstrações consolidadas, não obstante, o Banco Santander foi consultado e não fez objeção quanto à não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela controladora.
A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabeleceram os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2019, revogada pela Resolução BCB nº 3.693/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2020 em vigor. A Aymoré CFI aderiu à Resolução BCB nº 2019, em conformidade com o disposto no artigo 1º da referida resolução, bem como a elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidência em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.
O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, na reunião realizada em 24 de Março de 2022.

b) Reestruturação societária
Em 13 de julho de 2021, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré"), celebrou, junto aos sócios da Solution «Fleet Consultoria Empresarial Ltda. ("Solution«Fleet»"), determinando o Acordo de Investimento e Compra e Venda de Ações, pelos quais, uma vez efetuada a operação, a Aymoré CFI passará a deter 80% do capital social da Solution«Fleet» ("Operação"). A Solution«Fleet» é especializada na estruturação de negócios de locação e de assinatura de veículos - modalidade de aluguel de longo prazo para pessoa física. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 8 de outubro de 2021.

Os instrumentos financeiros da Aymoré avaliados e registrados pelo seu valor justo são precificados como a Aymoré CFI.
g) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito
A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados *pro rata* dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.
A Aymoré CFI efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.
As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.
A Aymoré CFI efetua a baixa de créditos para prejuízo determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.
As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das operações ocorrido em avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1909.
A Resolução CMN nº 4.855 de 24 de setembro de 2020 determina que, para os critérios de provisão de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19 na economia, nas quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes ou garantia prestada pela União, os percentuais definidos na Resolução nº 2.682, devem ser aplicados somente sobre a parcela do valor contábil da operação, cujo dízimo de que os benefícios verifiquem a partir de 1º de janeiro de 2021, o montante levado para contas de compensação deve ser de 100% do saldo da operação. Para as definições adicionais especificamente neste parágrafo, a resolução tem vigência a partir de janeiro de 2021.
A Resolução CMN 4.803, posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 4.855 mencionada acima, permitiu às Instituições Financeiras reclassificar para o nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas entre 1º de março a 31 de dezembro de 2020 (redação dada pela resolução 4.855), não incluindo aquelas operações com atraso igual ou superior à quinze dias em 29 de fevereiro de 2020 e que apresentem evidências de incapacidade de honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.
h) Outros Valores e Bens
Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em doação de pagamento.
i) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.
1.) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários
Considerando-se o contido na Resolução CMN nº 4.294 e Circular Bacen nº 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da origemação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.
As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.
j) Permanente
Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:
1.) Investimentos
Os ajustes dos investimentos em sociedades controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.
O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.
2.) Imobilizado de Uso
No caso de trânsitos em julgado mediante linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.
3.) Intangível
Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logotipos são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.
k) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
A Aymoré é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.
l) Plano de Benefícios a Funcionários
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Aymoré CFI de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.
Plano de Contribuição Definida
Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Aymoré e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no exercício corrente e em exercícios anteriores.
Desde janeiro de 2013, a Aymoré CFI aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (RT) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).
Principais Definições
- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos de provisão, com base nas melhores informações disponíveis.
- Deficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por beneficiários já pagos a empregados.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Receitas da Intermediação Financeira		5.070.409	9.405.953	8.029.287
Operações de Crédito		4.926.906	9.240.803	7.994.610
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		143.503	165.160	34.677
Despesas da Intermediação Financeira		(3.202.732)	(5.468.878)	(4.977.098)
Operações de Captação no Mercado		(1.664.395)	(2.895.329)	(2.455.472)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.e	(1.538.337)	(2.573.549)	(2.521.626)
Resultado Bruto de Intermediação Financeira		1.300.176	3.937.235	3.052.189
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(1.251.851)	(2.178.510)	(1.858.056)
Receitas de Prestação de Serviços	17	48.186	86.658	222.192
Receitas de Tarifas Bancárias	17	227.557	466.484	460.686
Despesas de Pessoal	18	(99.322)	(189.932)	(198.603)
Outras Despesas Administrativas	19	(414.702)	(828.484)	(883.835)
Despesas Tributárias	7d	(204.300)	(387.407)	(352.279)
Resultado de Participação em Controladas	9	12.272	27.138	25.845
Outras Receitas Operacionais	20	260.431	524.320	470.635
Outras Despesas Operacionais	21	(1.081.976)	(1.879.287)	(1.602.697)
Resultado Operacional		615.826	1.758.575	1.194.133
Resultado não Operacional		(261)	(1.392)	(4.661)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		615.565	1.757.183	1.189.472
Imposto de Renda e Contribuição Social	7c	(315.205)	(711.590)	(411.355)
Provisão para Imposto de Renda		(248.530)	(596.678)	(487.504)
Provisão para Contribuição Social		(222.123)	(432.754)	(316.836)
Ativo Fiscal Diferido		155.448	317.842	392.985
Participações em Outros Passivos		(18.214)	(33.326)	(34.805)
Lucro Líquido		282.236	1.012.267	743.312
Lucro Líquido (Líquido)	15.a	2.877.036	2.877.036	2.877.036
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		98,10	351,84	258,36

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota	01/07 a 31/12/2021		

...Continuação



Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 07.707.650/0001-10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ao esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 23.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São representados por disponibilidades no valor de R\$181.041 (31/12/2020 - R\$10.252).

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020
	Valor do Custo Amortizado(S)	Valor Contábil	Valor	Valor	Valor
Títulos Disponíveis para Venda					
Títulos Privados	1.913.790	1.913.790	-	-	-
Cotas de Fundos de Investimentos ⁽¹⁾⁽¹⁰⁾⁽⁴⁾	1.913.790	1.913.790	-	-	-
Títulos para Negociação					
Títulos Privados	1.241.491	1.241.491	254.343	254.343	254.343
Cotas de Fundos de Investimentos ⁽¹⁰⁾⁽²⁾	1.241.491	1.241.491	254.343	254.343	254.343
Total	3.155.281	3.155.281	254.343	254.343	254.343

II) Abertura por Vencimento

	31/12/2021		31/12/2020	
	Sem Vencimento	Total	Sem Vencimento	Total
Títulos Disponíveis para Venda				
Títulos Privados	1.913.790	1.913.790	-	-
Cotas de Fundos de Investimentos ⁽¹⁰⁾⁽⁴⁾	1.913.790	1.913.790	-	-
Títulos para Negociação				
Títulos Privados	1.241.491	1.241.491	254.343	254.343
Cotas de Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	1.241.491	1.241.491	254.343	254.343
Total	1.241.491	1.241.491	254.343	254.343

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a carteira do Fundo de Investimento está composta basicamente por operações compromissadas vinculadas a títulos públicos e Letras Financeiras do Tesouro - LFT.

⁽²⁾ Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, houve a reclassificação de títulos disponíveis para venda para títulos em negociação referente às Cotas de Fundo de Investimento da empresa Aymoré CFI na sociedade Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado.

⁽³⁾ Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, houve a alteração dos cotistas dos Fundos Amazonas e Hérmes para Aymoré CFI.

⁽⁴⁾ Em 31 de dezembro de 2021, as carteiras dos Fundos de Investimento estão compostas basicamente por ações de companhias abertas e debêntures.

⁽⁵⁾ O valor do custo amortizado/contábil é equivalente ao valor de mercado.

⁽⁶⁾ O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Aymoré CFI não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

6. CARTEIRA DE CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Carteira de Créditos

	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Crédito	51.576.177	45.972.350
Financiamentos	49.965.730	45.220.659
Empréstimos e Títulos Descontados	1.609.447	751.691
Outros Créditos	2.554.338	2.569.905
Títulos e Créditos a Receber ⁽¹⁾ (Nota 8)	2.554.338	2.569.905
Total	54.130.515	48.542.255

⁽¹⁾ Referem-se, substancialmente, a créditos adquiridos de lojistas.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	31/12/2021	31/12/2020
Vencidas	1.074.034	641.876
A vencer ⁽¹⁾ :		
Até 3 Meses	7.588.661	6.699.699
De 3 a 12 Meses	17.422.146	15.706.514
Acima de 12 Meses	28.045.674	25.494.166
Total	54.130.515	48.542.255

⁽¹⁾ A abertura de prazo é feita considerando o vencimento das parcelas.

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	31/12/2021	31/12/2020
Sector Privado		
Indústria	569.560	394.069
Comércio	1.834.243	1.471.951
Instituições Financeiras	7.550	5.180
Serviços e Outros	3.745.296	2.331.232
Pessoas Físicas	47.958.442	44.329.871
Agricultura	15.424	9.952
Total	54.130.515	48.542.255

d) Carteira de Créditos e da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	Carteira de Créditos				Provisão	
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional
AA	0%	17.062.765	-	17.062.765	-	-
A	0,5%	23.651.244	-	23.651.244	118.256	-
B	1%	4.650.270	1.352.180	6.002.450	60.025	-
C	3%	1.738.671	1.218.473	2.957.144	88.714	-
D	10%	478.234	694.551	1.172.785	117.278	39.485
E	30%	146.809	504.861	651.670	195.501	130.008
F	50%	98.423	405.300	503.723	251.877	100.499
G	70%	76.406	290.895	367.301	257.111	110.007
H	100%	283.119	1.478.284	1.761.403	1.761.403	-
Total	48.185.941	5.944.574	54.130.515	2.850.165	380.000	3.230.165

Nível de Risco	Carteira de Créditos				Provisão	
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional
AA	0%	10.687.054	-	10.687.054	-	-
A	0,5%	28.168.810	-	28.168.810	140.844	-
B	1%	3.784.923	780.224	4.565.147	45.652	-
C	3%	1.040.273	815.915	1.856.188	55.686	-
D	10%	490.600	452.608	943.208	94.321	142.724
E	30%	102.362	365.190	467.552	140.265	93.277
F	50%	79.326	257.052	336.378	168.189	67.107
G	70%	47.511	209.223	256.734	179.713	76.892
H	100%	238.764	1.022.420	1.261.185	1.261.185	-
Total	44.639.623	3.902.632	48.542.255	2.085.855	380.000	2.465.855

⁽¹⁾ Inclui parcelas vencidas e vencidas.

e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Saldo Inicial	2.465.855	1.730.486
Constituições Líquidas das Reversões Baixas	2.573.549	2.521.626
Reversões	(1.809.239)	(1.786.257)
Saldo Final	3.230.165	2.465.855
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	278.974	298.062

⁽¹⁾ Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de crédito.

f) Créditos Renegociados

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos Renegociados	3.175.569	3.916.570
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(893.363)	(855.057)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	28%	22%

7. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS

a) Créditos Tributários

a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	Origens		Saldo em	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2021
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.480.218	4.777.270	1.910.909	2.192.088
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	176.296	187.255	74.902	46.932
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.288.987	1.259.279	501.325	13.134
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	177.524	167.936	67.175	18.978
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	22.818	16.796	6.718	13.330
Outras Provisões Temporárias ⁽¹⁾	99.635	41.891	16.443	52.684
Total dos Créditos Tributários	7.245.478	6.450.427	2.577.472	1.181.085

⁽¹⁾ Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativa e depósitos judiciais.

a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	Registrado	
2022	498.424	299.136	797.560	
2023	671.199	401.479	1.072.678	
2024	490.194	294.212	784.406	
2025	11.807	7.079	18.886	
2026	138.728	82.210	220.938	
2027 a 2031	539	320	859	
Total	1.810.891	1.084.436	2.895.327	

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros. Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$ 2.755.354 (31/12/2020 - 2.441.281), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de capitalização, projetada para os períodos correspondentes.

b) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	604.468	485.159
Impostos e Contribuições a Pagar	49.746	42.414
Total	654.240	527.612

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2021
Mais Valia dos Intangíveis da Super Total	39	(33)	6
Total	39	(33)	6

b.2) Expectativa de Realização dos Passivos Fiscais Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	Total	
2022	0,4	0,2	0,6	
2023	0,4	0,2	0,6	
2024	0,4	0,2	0,6	
2025	0,4	0,2	0,6	
2026	0,4	0,2	0,6	
2027 a 2031	1,9	1,1	3,0	
Total	3,9	2,1	6,0	

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	1.757.183	1.189.474
Participações no Lucro ⁽¹⁾	(33.326)	(34.805)
Resultado antes dos impostos	1.723.857	1.154.669
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social as Alíquotas de 25% e 20%, respectivamente ⁽²⁾	(719.415)	(461.868)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11.469	10.338
Despesas Indutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	1.225	(16.364)
Juros sobre o Capital Próprio	(2.858)	-
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	-	37.924
Demais Ajustes CSLL 5%	(25.113)	-
Demais Ajustes	23.102	18.615
Imposto de Renda e Contribuição Social	(711.590)	(411.355)

⁽¹⁾ A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

⁽²⁾ Majoração da alíquota da CSLL, a partir de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

d) Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Despesas com Cofins	283.663	252.831
Para Interposição de Recursos Fiscais	46.095	43.901
Despesas com ISS	28.618	34.160
Atualizações de Impostos e Contribuições ⁽¹⁾	27.147	21.099
Outras	1.884	287
Total	387.407	352.278

⁽¹⁾ Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.

8. OUTROS ATIVOS

	31/12/2021	31/12/2020
Títulos e Créditos a Receber (Nota 6.a)	2.554.338	2.569.906
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	391.466	392.899
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	67.332	87.180
Para Interposição de Recursos Cíveis	110.826	112.398
Impostos e Contribuições a Compensar	36.076	39.509
Valores a Receber - Subsídio de Taxa de Equalização de Financiamento	185	1.830
Adiantamentos Salariais	1.165	1.215
Outros	71.254	89.633
Perdas a Receber	20.011	30.978
Outros Valores e Bens	4.829	953
Despesas Antecipadas	4.138	2.018
Total	3.261.620	3.328.519

9. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	31/12/2021	Banesprev 31/12/2020
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(8)	(65)
Valor Justo dos Ativos do Plano	24	173
Sendo:		
Superávit	16	108
Valor não Reconhecido como Ativo	2	11
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	14	97
Receitas (Despesas) Reconhecidas	3	2
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	16	102
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	(149)	(18)

Principais Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

- Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial: 8,39% (2020 - 7,46%);
- Taxa para cálculo do juros sobre os ativos, para exercício seguinte: 8,39% (2020 - 7,46%);
- Taxa estimada de inflação no longo prazo: 3,00% (2020 - 3,5%);
- Taxa estimada de aumento nominal dos salários: 3,52% (2020 - 4,0%); e
- Tábua biométrica de mortalidade geral: AT2000 (2020 - AT2000).

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2021	Banesprev 31/12/2020
Experiência do Plano	62	(24)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	3	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	65	(24)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(161)	(32)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(161)	(32)
Mudança no Superávit Irrecuperável	10	(1)

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	31/12/2021	31/12/2020
Duração (em anos)		
	23,60	11,90

Santprev II

II) SantanderPrevii

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Banco Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevii é o único estruturado na modalidade de

contribuição definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

O valor apropriado ao exercício de 2021 em despesas de pessoal referente ao plano foi de R\$ 1.329 (31/12/2020 - R\$769).

III) SBPREV

A partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos.

Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício de 2021 foram de R\$ 208 (31/12/2020 - R\$224).

b) Remuneração com Base em Ações

O Conglomerado Santander possui dois programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global e o Programa Local. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva. No segundo semestre de 2021, não foram registradas despesas "pro rata" para os programas de remuneração baseado em ações.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em consonância à Resolução do CMN nº3.198/2004, a Aymoré CFI aderiu ao Comitê de Auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

c) Efeitos da Pandemia - COVID-19

A Administração monitora os efeitos da pandemia do COVID-19 que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados.

O Banco mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades.

Até a data desta divulgação, a Companhia não identificou impactos significativos em suas operações. Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

d) Resultados recorrentes/não recorrentes

	Resultado Recorrente	Resultado Não Recorrente	01/01 a 31/12/2021	Resultado Recorrente	Resultado Não Recorrente	01/01 a 31/12/2020
Receitas de Intermediação Financeira	9.405.963	-	9.405.963	8.029.287	-	8.029.287
Despesas de Intermediação Financeira	(5.468.878)	-	(5.468.878)	(4.977.098)	-	(4.977.098)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	3.937.085	-	3.937.085	3.052.189	-	3.052.189
Outras Receitas (Despesas) Operacionais ⁽¹⁾⁽²⁾	(2.177.208)	(1.302)	(2.178.510)	(1.809.752)	(48.304)	(1.858.056)
Resultado Operacional	1.759.877	(1.302)	1.758.575	1.242.437	(48.304)	1.194.133
Resultado Não Operacional	(1.392)	-	(1.392)	(4.661)	-	(4.661)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	1.758.485	(1.302)	1.757.183	1.237.776	(48.304)	1.189.472
Imposto de Renda e Contribuição Social ⁽¹⁾	(712.111)	521	(711.590)	(417.877)	6.522	(411.355)
Participações no Lucro	(33.326)	-	(33.326)	(34.805)	-	(34.805)
Lucro Líquido	1.013.048	(781)	1.012.267	785.094	(41.782)	743.312

⁽¹⁾ Amortização de ágio em intangíveis reconhecido em outras despesas administrativas no valor antes de tributos de R\$1.302 (31/12/2020 - R\$1.301), com impacto líquido de tributos de R\$781 (31/12/2020 - R\$4.382).

⁽²⁾ Ação de Apoio ao Combate à COVID-19 reconhecida como outras despesas operacionais em 2020, com impacto antes de tributos valor de R\$41.000 (líquido de tributos, R\$37.400).

DIRETORIA

Diretor Presidente

Angel Santodomingo Martell

Diretores Executivos

Andre de Carvalho Novaes

Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt

Antonio Pardo de Santayana Montes

Ricardo Olivare de Magalhães

Contador

Diego Santos Almeida - CRC Nº 1SP 316054/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Acionistas

Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangendo, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador
CRC 1SP213429/O-7

Documento assinado digitalmente

conforme MP nº 2.200-2 de

24/08/2001, que institui a Infraestrutura

de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA

04067191000160 em 31/03/2022 19:06

A autenticidade deste documento

pode ser conferida através do QR Code

ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/03/31/AYMORE1561359231032022.pdf>

Hash: 1648677963e8d3b28a1e9f4e7d9ef9d290f42c6311